

O I.N.E.P. E OS ÓRGÃOS EXECUTORES DE PLANOS ESPECIAIS: REALIZAÇÕES EM 1956 E NOVOS PLANOS DE TRABALHO

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) desenvolveu, durante o ano de 1956, atividades assim grupadas:

a) *Estudos, pesquisas e documentação*, confiados ao Centro Brasileiro e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais.

b) *Assistência financeira* aos Estados, mediante um plano de construções escolares, com os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário e dotações específicas orçamentárias (Lei n.º 59, de 11 de agosto de 1947);

c) *Assistência técnica*, correspondendo ao programa de aperfeiçoamento do magistério primário e normal e à Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ESTUDOS, PESQUISAS E DOCUMENTAÇÃO I

Centros de pesquisas educacionais

O ano de 1956 se iniciou com a estruturação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, na Capital da República, e dos Centros Regionais, sediados nas capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. este último não foi ainda instalado.

esses centros têm, pela legislação que os disciplinou (Dec. n.º 38.460, de 28-12-1955) os seguintes objetivos:

- a) pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;
- b) elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país — em cada região — nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;

- c) elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;
- d) treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e primárias.

Dando cumprimento a essas finalidades, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, que substituiu a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME) e a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), esteve empenhado no prosseguimento dos estudos anteriormente iniciados por essas Campanhas e na execução de novos projetos, conforme a seguir vão discriminados.

A. *Trabalhos concluídos*

1. Ajuste entre a CAPES e a UNESCO para a participação desta nas atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, tendo podido contar com a colaboração de seis (6) especialistas estrangeiros;
2. Indexação e classificação dos artigos e revistas assinadas pela Divisão de Documentação e Informação Pedagógica;
3. Publicação de três números do Boletim ("Educação e Ciências Sociais") destinado à divulgação das tarefas do Centro;
4. Realização de 21 "Reuniões Semanais de Estudos e Debates";
5. Realização de um "Seminário sobre a organização educacional nos Estados Unidos", pelo professor Emérito, Doutor Edward Fitzpatrick;
6. Estudo da situação e das necessidades da rede de ensino normal do país — a cargo da Professora Eny Caldeira;
7. A escola elementar brasileira e o seu magistério — estudo de autoria do professor Paulo de Almeida Campos, apresentado à "Conferência Regional Latino-Americana sobre Educação Primária", realizada em Lima, Peru, de 23 de abril a 5 de maio de 1956;
8. O ensino primário no Brasil — estudo do professor João Roberto Moreira, destinado à UNESCO;
9. Os problemas do ensino primário no Brasil — estudo de autoria do professor João Roberto Moreira, apresentado à "XII Conferência Nacional de Educação", promovida pela Associação

Brasileira de Educação, realizada em Salvador, de 1 a 9 de julho de 1956;

10. A educação nos estudos de comunidade no Brasil — a cargo da Professora Josildeth da Silva Gomes;

11. Os programas e os compêndios de história no ensino secundário brasileiro de 1931 a 1956, de autoria do professor Guy de Hollanda;

12. Pesquisa e planejamento em Educação — trabalho de autoria do professor Jayme Abreu, apresentado à "XII Conferência Nacional de Educação", reunida em Salvador, julho de 1956;

13. Anteprojeto de organização do ensino do Estado de Goiás — por solicitação do Governo de Goiás, com a colaboração de técnicos goianos, sob a coordenação do professor João Roberto Moreira;

14. Análise dos livros didáticos e dos programas de Física na escola secundária — a cargo do professor Sérgio Mascarenhas;

15. Estudo dos objetivos do ensino de Física e de Química no curso secundário — a cargo do professor Sérgio Mascarenhas;

16. Análise dos livros didáticos e dos programas de Geografia no curso secundário — a cargo do professor James Braga Vieira da Fonseca;

17. A escola secundária no Estado do Rio de Janeiro — pesquisa piloto, sob a coordenação da Professora Luzia Contardo da Fonseca;

18. O ensino de Química na escola secundária — a cargo do professor Amilcar Salles;

19. Levantamento das publicações destinadas à infância e à juventude — trabalho dirigido pelo professor Jesus Belo Galvão, com a colaboração da Professora Edivete Machado;

20. Estrutura social da escola — estudo a cargo do professor Antônio Cândido de Melo e Sousa;

21. O negro em Minas Gerais — a cargo do professor Edison Carneiro;

22. Processo de socialização e a estrutura da comunidade, em Itapetininga, São Paulo — a cargo do professor Oraci Nogueira ;

23. Organização de um livro-fonte sobre a civilização brasileira — a cargo do professor Djacir Meneses;

24. Estudo básico para a delimitação das regiões culturais do Brasil — a cargo do professor Manuel Diegues Júnior;

25. Estudo das estruturas políticas brasileiras e do fenômeno da consciência urbana — a cargo do Professor Lourival Gomes Machado;

26. Estratificação e mobilidade social (organização de um manual-fonte) — a cargo do professor Valdemiro Bazzanella, sob a orientação do professor Luís de Aguiar Costa Pinto;

27. História Geral (1.º volume) — manual de ensino — de autoria do professor Delgado de Carvalho (já editado);'

28. Iniciação à ciência (2 volumes já editados) — manual de ensino — tradução a cargo do professor José Reis, do livro "An Introduction to Science", de E. N. da C. Andrade e Julian Huxley.

B. *Trabalhos em andamento*

1. Situação educacional no Estado da Bahia — pesquisa a cargo dos professores Arari Samoio Murici e Luís Rodrigues Dias Tavares, sob a coordenação do professor Jaime Abreu;

2. O sistema educacional paulista — coordenado pelo professor Jaime Abreu, — pesquisa a cargo dos professores Carlos Correia Mascaro, Sólon Borges dos Reis e Adélia Dranger;

3. A educação em Sergipe — pesquisa a cargo do professor José Antônio Nunes Mendonça, sob a coordenação do professor Jaime Abreu;

4. O sistema educacional do Piauí — a cargo do professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, sob a coordenação do professor Jaime Abreu;

5. Pernambuco e a Educação — a cargo do professor João Roberto Moreira;

6. Instituições e pessoas ocupadas com pesquisas educacionais — a cargo da Professora Diná Sousa Campos de Holanda;

7. O sistema educacional na Amazônia — a cargo do Dr. Artur César Ferreira Reis, com a supervisão do professor Jaime Abreu;

8. Bibliografia sobre Recreação — a cargo da Professora Etel Bauzer Medeiros;

9. O ensino de Português no curso secundário — a cargo do professor Jesus Belo Galvão;

10. Estudo da eficiência dos concursos de habilitação para escolas superiores — sob a orientação do professor Otávio Martins;

11. Educação e mobilidade social em São Paulo — pesquisa a cargo do sociólogo inglês, Dr. Bertran Hutchinson, da UNESCO, com a colaboração dos professores Cario Castaldi, Juarez Lopes e Carolina Martuscelli Bori;

12. Estudo sobre o desenvolvimento econômico e a estrutura ocupacional do Brasil — a cargo do professor João Jochmann;

13. A escola e a comunidade de bairro do Rio de Janeiro — a cargo do professor Andrew Pearse, da UNESCO, com a colaboração da Professora Josildeth da Silva Gomes;
14. Estudo sobre o trabalho do menor em atividades urbanas no Brasil — a cargo do professor Robert Nicolaus Danne-mann;
15. Estudo sobre o trabalho do menor no meio rural brasileiro — a cargo do professor Clovis Caldeira;
16. Estratificação social no Brasil — estudo sob a coordenação do professor Luís de Aguiar Costa Pinto, com a colaboração de João Jochmann, Clovis Caldeira, Robert Dannemann e Valde-miro Bazzanella;
17. Atitudes e opiniões de professores e pais sobre a escola primária e secundária — a cargo da Professora Aparecida Joly Gouveia;
18. Estereótipos e valores na literatura pedagógica — a cargo dos professores Guy de Holanda e Valdemiro Bazzanella;
19. Manual de Zoologia — a cargo do professor Paulo Sawaya;
20. Manual de Biologia Geral — a cargo do professor Osvaldo Frota Pessoa;
21. Manual de História Geral (História Contemporânea e História Moderna e Medieval) — a cargo do professor Delgado de Carvalho;
22. Manual de Francês — a cargo do professor Raymond Van der Haegen;
23. Manual de Português e Literatura — a cargo do professor Mário Pereira de Sousa Lima;
24. Manual de História do Brasil — a cargo do professor Américo Jacobina Lacombe;
25. Manual de Química — a cargo do professor Alarich R. Schultz;
26. Manual de Latim — a cargo do professor Vandick Londres da Nóbrega.

C. *Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais:*

1. Educação e mobilidade social em São Paulo — pesquisa a cargo do sociólogo inglês Dr. Bertran Hutchinson, da UNESCO, com a colaboração dos professores Cario Castaldi, Juarez Lopes, Carolina Martuscelli Bori;
2. Processo de socialização e a estrutura da comunidade, em Itapetininga, São Paulo, a cargo do professor Oraci Nogueira;

3. Organização de um livro-fonte sobre a civilização brasileira — a cargo do professor Djacir Meneses;
4. Estudo sobre o desenvolvimento econômico e a estrutura ocupacional do Brasil — a cargo do professor João Jochmann;
5. A escola e a comunidade de bairro do Rio de Janeiro — a cargo do professor Andrew Pearse, da UNESCO, com a colaboração da Professora Josildeth da Silva Gomes;
6. Estudo básico para a delimitação das regiões culturais do Brasil — a cargo do professor Manuel Diegues Júnior;
7. Estudo sobre o trabalho do menor em atividades urbanas no Brasil — a cargo do professor Robert Nicolaus Dannemann;
8. Estudo sobre o trabalho do menor no meio rural brasileiro — a cargo do professor Clovis Caldeira;
9. Estratificação social no Brasil — estudo sob a coordenação do professor Luís de Aguiar Costa Pinto, com a colaboração de João Jochmann, Clovis Caldeira, Robert Dannemann e Valdemiro Bazzanella;
10. Estudo das estruturas políticas brasileiras e do fenômeno da consciência urbana — a cargo do professor Lourival Gomes Machado;
11. Atitudes e opiniões de professores e pais sobre a escola primária e secundária — pesquisa a cargo da Professora Aparecida Joly Gouveia;
12. Estratificação e mobilidade social — organização de um manual fonte, a cargo do professor Valdemiro Bazzanella, sob a orientação do professor Luís de Aguiar Costa Pinto;
13. Estereótipos e valores na literatura pedagógica brasileira — a cargo dos professores Guy de Holanda e Valdemiro Bazzanella;
14. O negro em Minas Gerais — estudo a cargo do professor Edison Carneiro;
15. Estrutura social da escola — estudo a cargo do professor Antônio Cândido de Melo e Sousa.

D. *Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (D. D. I. P.) :*

1. BIBLIOGRAFIA

Em prosseguimento ao trabalho de registro sistemático das publicações brasileiras sobre educação, foram editados os números 1 e 2 do volume 4 da "Bibliografia Brasileira de Educação", distribuídos, respectivamente em setembro e novembro, atingindo, assim, o total de 11 números editados. O Serviço de Bibliografia realizou ainda as seguintes tarefas:

- a) trabalho preliminar, mimeografado, quanto ao levantamento de dados relativos à história da educação, contidos em obras gerais sobre o Brasil;
- b) elaboração, em fase final, do trabalho — "Fontes para o estudo da história da educação na Bahia";
- c) correspondência solicitando publicações e respondendo a consultas, provenientes do país e do estrangeiro;
- d) seleção e classificação de recortes de jornais, de noticiário de interesse do INEP.

2. BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA "MURILO BRAGA"

Continua o INEP empenhado em aumentar o acervo da sua Biblioteca Central de Educação e ampliar as possibilidades de sua utilização por parte dos estudiosos e interessados, malgrado suas deficientes acomodações. Seu movimento foi este:

a) livros		
adquiridos	4 150	
doados	149	
b) periódicos		
números adquiridos	3 041	
números doados	555	
c) consultas		
consultantes	178	
consultas	420	
d) artigos de revistas estrangeiras, resumidos, para serem mimeo- grafados	12	

3. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Foram publicados os números 59, 60, 61 e 62 dessa Revista, estando em impressão o n.º 63 (julho-setembro de 1956), achan-do-se em segunda prova o n.º 64 (outubro-dezembro de 1956) e em preparação o n.º 65 (janeiro-março de 1957). A tiragem atual dessa Revista é de 3 000 exemplares.

4. REFERENCIA LEGISLATIVA

Mantém a D. D. I. P. registro dos atos oficiais relativos à educação (classificação por assunto e por ordem cronológica) na esfera federal, estadual, dos Territórios e do Distrito Federal, o qual é utilizado não só pelos órgãos do INEP, mas também outros órgãos federais e estaduais e pesquisadores interessados. Incluem-se nesse fichamento de legislação regulamentos, estatutos, regimentos e programas de ensino primário e normal.

5. CORRESPONDÊNCIA

No período de janeiro a dezembro último foram protocolados na D.C.I.P. 1 979 processos, procedentes de diferentes pontos e do estrangeiro, relativos a assuntos diversos, dos quais se destacam:

- a) pedidos de informações sobre o ensino no Brasil, em vários aspectos;
- b) indicações bibliográficas diversas;
- c) levantamento de biografias de educadores;
- d) encaminhamento de cartas de estudantes estrangeiros para intercâmbio de correspondência com estudantes brasileiros.

Inclua-se, sob essa rubrica, a remessa de cerca de 1000 questionários a estabelecimentos de ensino normal do país.

6. AQUISIÇÃO DE LIVROS E OUTRO MATERIAL PARA DOAÇÃO A BIBLIOTECA ESCOLARES

No desenvolvimento do programa de auxílio a bibliotecas escolares, mediante oferta de coleções de obras pedagógicas, didáticas, de literatura infantil e de cultura geral, vem o INEP aplicando anualmente a verba de quatro milhões de cruzeiros para aquisição de livros, revistas e material de uso didático, especialmente destinados a escolas primárias e normais. O movimento neste ano de 1956 foi o seguinte:

a) livros adquiridos	109 246
b) aparelhos de projeção cinematográfica	30
c) cadernos distribuídos	12 500
d) obras editadas e reeditadas ...	32 000
e) assinaturas de revistas infantis distribuídas a grupos escolares	200
f) assinaturas de revista escolar, distribuídas a escolas normais rurais, missões rurais, escolas agrotécnicas	200
g) obras distribuídas	85 402

II — ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL

No cumprimento do programa de assistência técnica ao ensino primário e normal, o INEP realizou, através de seu órgão central (Coordenação dos Cursos) e dos Centros Regionais da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, as seguintes atividades:

1. *Estudos sobre ensino primário e normal*

Mediante envio de funcionários aos Estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Goiás, iniciou-se o levantamento da situação do pessoal dos institutos de educação, escolas de aplicação e centros de pesquisas e orientação do magistério primário, tendo em vista o plano de aperfeiçoamento do INEP. Visou-se a conhecer de perto a formação dos professores do ensino normal, métodos de ensino seguidos nas escolas normais e situação dos diretores dessas escolas, do mesmo passo que se promoveu o estímulo a um trabalho de renovação das técnicas docentes, pretendendo a melhoria do rendimento dos ensinos primário e normal nos vários Estados.

2. *Cursos e estágios*

Visando à preparação de líderes educacionais atuantes junto às Secretarias de Educação dos Estados e procurando criar condições para a melhoria do ensino destinado à formação dos professores primários, a Coordenação dos Cursos do INEP desenvolveu os seguintes projetos, mediante cursos e estágios:

- a) aperfeiçoamento de professores de Escolas Normais e Institutos de Educação;
- b) aperfeiçoamento de diretores de Escolas de Aplicação anexas aos Institutos;
- c) aperfeiçoamento de professores das Escolas de Aplicação ;
- d) preparação de professores e diretores de escolas experimentais.

Além disso, constituíram realizações desse setor:

- a) seminários e cursos de especialização de professores primários e de escolas normais, para ensino de excepcionais, artes aplicadas, arte infantil, música, recreação, psicologia escolar, jardim da infância, atividades de pesquisa;
- b) curso de formação de orientadores de ensino primário, no Centro Regional de Minas Gerais;
- c) cursos de aperfeiçoamento de professores primários e de formação de orientadores, realizados em Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul;
- d) estágios de aperfeiçoamento de pessoal técnico do ensino primário de vários Estados;
- e) seguimento dos ex-bolsistas do INEP, mediante contatos pessoais e entendimentos com os Secretários de Educação dos Estados.

Com esse programa de assistência técnica ao magistério primário e normal do país, foram beneficiados 432 professores, sendo 125 com bolsas integrais e 307 mediante auxílios.

III _ ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL,

O Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, iniciou em 1946 seu programa de cooperação financeira às Unidades Federativas para dar cumprimento à campanha de ampliação e melhoria da rede escolar primária do País.

Desde 1942 foi instituído o Fundo Nacional de Ensino Primário e disposto o Convênio Nacional de Ensino Primário, visando a "ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país", em face da grande carência de escolas existentes para atender a população em idade escolar.

Mas somente em 1944 foram criados os recursos destinados ao Fundo Nacional de Ensino Primário (Decreto-Lei n.º 6 785, de 11/8/55), tendo sido regulamentadas "as concessões do auxílio federal para o ensino primário" no fim do ano de 1945 (Decreto-Lei n.º 19 513, de 25/8/45 e Decreto-Lei n.º 8 349, de 11/12/45).

No primeiro desses decretos, foram estabelecidos os critérios que deviam prevalecer para a distribuição dos recursos a cada Unidade da Federação (arts. 2.º e 3.º), nos seguintes termos:

Art. 2.º O auxílio federal para o ensino primário será concedido a cada um dos Estados e Territórios e bem assim ao Distrito Federal, de conformidade com as suas maiores necessidades.

§ 1.º As maiores necessidades, em cada unidade federativa, serão avaliadas segundo a proporção do número de crianças, entre sete e onze anos de idade, que não estejam matriculadas em estabelecimento de ensino primário.

§ 2.º Serão levados em conta, para o cálculo, o número, em todo o país, o o número, em cada unidade federativa, de crianças em idade escolar não matriculadas, de forma que a relação percentual desses números corresponda a distribuição percentual dos recursos disponíveis em cada exercício financeiro.

Art. 3.º O cálculo de que trata o artigo anterior, será baseado nos seguintes critérios:

1. A população escolar primária corresponderá a 12,5 % da população geral, tomando-se, para a apreciação em cada ano, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2. A matrícula do ensino primário será estimada segundo os dados do último levantamento apurado pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

Entretanto, só em 1946 (Decreto-Lei n.º 9 256, de 13-5-46) foram baixadas as disposições "sobre a aplicação das dotações destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o país".

Iniciada, assim, em 1946, a execução do plano de distribuição do auxílio federal para construção de escolas primárias, verificou a administração responsável pelo programa de melhoria do ensino elementar que o mesmo estava intimamente ligado ao problema da formação de professores, de vez que nem sempre era somente a precariedade de prédios escolares primários que provocava a diminuta matrícula de crianças nas escolas, mas também o grande contingente dos chamados "professores leigos", sem o preparo mínimo necessário que dirigem o ensino nas classes, com os inconvenientes que este fato acarreta, devido à inexistência de número suficiente de professores formados para o provimento de todas as escolas primárias.

Assim, pela Lei n.º 59, de 11-8-47, foi o Poder Executivo autorizado a estender ao ensino normal seu programa de cooperação financeira, visando à ampliação, também, da rede de prédios desse ensino, bem como de outros estabelecimentos de ensino médio, mediante dotação própria consignada anualmente aos Municípios e Entidades Particulares para construção de escolas normais, secundárias e primárias.

Em 1948 (Decreto n.º 25.667, de 15-10-48), foram expedidas as instruções para a execução da referida Lei n.º 59, iniciando então o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos seu programa de cooperação financeira para a ampliação e melhoria da rede de escolas normais, bem como de sua ajuda direta aos Municípios e Particulares, dentro das limitações que a dotação respectiva impunha.

Primeiro decênio da campanha

Decorridos 10 anos desde o início dessa campanha, podemos verificar que são expressivos os resultados colhidos, se levarmos em conta as dificuldades financeiras do país, os limitados recursos que são destinados a obra de tal vulto e as dificuldades locais para a execução das construções nos confins desse imenso país, desprovido de meios de comunicação e transporte.

Conforme o que dispõe o Decreto-Lei n.º 24.191, de 10-12-47, cabe às administrações estaduais a execução das obras, assim como também lhes cabe a responsabilidade de cobrir, com recursos próprios, o que exceder ao auxílio concedido no orçamento das obras.

este fato, com a alta vertiginosa dos preços de materiais e de mão-de-obra, ocorrida nos últimos anos, ocasionou a muitos

Estados de pouca renda grandes dificuldades para o cumprimento dos compromissos por eles assumidos junto a este Ministério, por força dos acordos firmados, criando verdadeiros hiatos no prosseguimento do programa proposto.

Várias medidas foram tomadas por este Instituto, no sentido de conciliar a situação, seja reduzindo o número de prédios a construir com o auxílio concedido, seja concedendo suplementação de recursos para a conclusão dos prédios cujas construções ficavam durante anos paralisadas por falta de verba, seja rescindindo os acordos cuja execução se apresentava de todo improvável.

De ano a ano, o auxílio-base concedido por unidade escolar era aumentado em face da realidade dos preços das construções. Estas, porém, se não eram de imediato atacadas, tinham, com o correr do tempo, seus orçamentos elevados a níveis muito acima dos auxílios previstos, passando a fazer parte daquele grupo de obras cuja conclusão constituía problema por falta de recursos.

Cabe aqui observar que nem todas as administrações estaduais deram o esforço máximo ou a atenção devida na execução dos compromissos que assumiam perante este Ministério, pelos acordos que assinavam, sendo demasiadamente morosas nas iniciativas e providências cabíveis no sentido de evitar aquelas dificuldades que o correr do tempo forçosamente lhes acarretaria.

Embora a legislação vigente permitisse a este Ministério atitudes drásticas, como seja a devolução da primeira parcela remetida e a perda do direito das demais, no caso de não iniciarem as obras dentro de 60 dias após a remessa da mesma (Decreto-Lei n.º 9.256, de 11-5-46) e a inabilitação a novos auxílios se não fossem satisfeitos, no ano anterior, os compromissos assumidos com a União (Decreto n.º 37.082, de 24-3-55), os casos surgidos foram geralmente tratados com espírito de conciliação, em raras e fundamentadas exceções. Alguns governos estaduais, para sanar falhas de administrações anteriores e não prejudicar o andamento do programa de cooperação financeira federal, tiveram de consignar em seus orçamentos fortes dotações.

Também a ascensão vertiginosa dos preços das obras veio influir no ritmo do número de construções programadas por ano. uma escola rural que em 1946 era construída por quarenta ou cinquenta mil cruzeiros passou a custar cento e cinquenta a duzentos e cinquenta mil cruzeiros; os grupos escolares construídos, nos primeiros anos da campanha, por duzentos e cinquenta mil cruzeiros passaram a ter orçamentos de oitocentos a um milhão de cruzeiros, isto é, quatrocentos ou quinhentos por cento mais onerosos, enquanto que as dotações destinadas a essas obras subiram apenas cerca de cinquenta por cento. É claro que o número de prédios a construir com esses recursos e com aqueles orçamentos, forçosamente, foi diminuindo de ano a ano.

Novos critérios de distribuição dos auxílios

No decorrer da campanha de cooperação financeira federal para ampliação e melhoria da rede escolar primária do país, a experiência demonstrou a necessidade de revisão dos critérios de distribuição dos auxílios às Unidades Federadas, visando acrescentar ao critério simples do "déficit" de matrícula das crianças em idade escolar, de cada Estado, outros que consignassem também o empenho das administrações estaduais na solução dos problemas de educação primária.

Pelo Decreto n.º 37.082, de 24-3-55, ao critério geral de "déficit" de matrícula, foram acrescentados os seguintes:

Art. 3.º O auxílio federal para o ensino primário será concedido a cada um dos Estados e Territórios, e, bem assim, ao Distrito Federal, de conformidade com as suas necessidades.

§ 1.º A distribuição de recursos de que trata o item I do artigo anterior, entre as Unidades da Federação, obedecerá aos seguintes critérios: 46%, inversamente proporcionais aos recursos disponíveis para a educação popular; 30%, diretamente proporcionais ao progresso verificado no índice de alfabetização apurado para a Unidade, segundo os últimos dados disponíveis; e 25%, diretamente proporcionais ao empenho da Unidade no cumprimento dos convênios anteriores de auxílio federal.

Montante dos auxílios concedidos neste decênio

O montante total dos auxílios federais concedidos aos Estados, Municípios e Particulares nestes 10 anos em que se vem processando a campanha de cooperação da União para construções e equipamento escolares no país é de:

	Cr\$
Para construção e equipamento de Escolas Normais	307 557 596,30
Para construção de Grupos Escolares	357 210 228,00
Para construção de Escolas Rurais	4 74 411 665,00
Para equipamento escolar de Grupos e Escolas Rurais . .	83 368 121,00
Total	1 222 547 610,30
desse total já foi remetida aos signatários dos Acordos a importância de	1 094 777 635,00
Saldo a remeter aos responsáveis, para o prosseguimento do plano	127 769 965,00

Execução pelos Estados, Municípios e Particulares dos compromissos assumidos

Para uma visão global do programa deste decênio, apresentam-se abaixo os números de prédios programados, concluídos, em construção e a iniciar.

Entretanto, cabe ressaltar a diferença em vulto que representa a construção de um prédio ou conjunto de prédio destinado a Escolas Normais, de áreas de construção variáveis entre 1 110 m² e 8 860 m², Grupos Escolares de áreas variáveis entre 442 m² e 849 m² e Escolas Rurais cujas áreas variam de 80 m² a 225 m².

Escolas Normais	construídas	77
"	"	em construção	26
"	"	a construir	8
Total programado			111
Grupos Escolares	construídos	644
"	"	em construção	140
"	"	a construir	85
Total programa			869
Escolas Rurais	construídas	6 579
"	"	em construção	367
"	"	a construir	215
Total programado			7 161

O total de salas de aula de Escolas Primárias (Grupos Escolares e Escolas Rurais) construídas, neste período, foi de 9 983 salas, número este que abriga, em dois turnos, cerca de 699 640 crianças.

Diligência dos Estados, Municípios e Particulares na execução do programa do ano de 1956

Das obras programadas por acordos firmados anteriormente, bem como das que foram programadas durante o ano de 1956, os signatários daqueles compromissos realizaram com maior ou menor empenho uma parte do referido programa.

Durante o ano de 1956, foram remetidas aos responsáveis pela execução das obras programadas, em virtude dos acordos firmados, as seguintes importâncias:

	Cr\$
Para Escolas Normais	41 058 310,00
" Grupos Escolares	58 039 502,00
" Escolas Rurais	13 580 668,00
Total remetido	112 678 580,00

Para a execução de novas obras programadas durante este ano foram empenhadas pelos acordos firmados as seguintes importâncias :

	Cr\$
Para construção de 5 Escolas Normais e prosseguimento de obras de 8 já iniciadas	43 872 479,00
Para construção de 123 Grupos Escolares	86 425 340,00
Para construção de 141 Escolas Rurais	20 537 333,00
Para Equipamento de Grupos e Esc	18 201 489,00
Total empenhado em 1956	125 164 162,00

Neste ano os Estados, Municípios e Particulares, signatários de convênios com este Ministério, concluíram, executaram parcialmente ou deixaram por iniciar o seguinte número de prédios:

Escolas Normais concluídas	21
" " em construção	26
a construir	8
Grupos Escolares concluídos	86
" em construção	140
a construir	85
Escolas Rurais concluídas	275
" em construção	367
a construir	215

Pode-se avaliar o esforço do Serviço de Construção de Prédios deste Instituto no sentido de estimular os signatários dos acordos na execução do programa de construções e equipamento escolares, não só pelos contatos diretos que com eles foram estabelecidos, durante o ano, por intermédio de seus Fiscais ou outros funcionários para isso designados, como pelo avultado volume de seu expediente (ofícios, cartas, telegramas e informações em número de 2.980) dirigido aos mesmos e referentes, exclusivamente, ao assunto.

DILIGÊNCIA DE todas AS UNIDADES FEDERADAS NO EMPREGO
DO AUXÍLIO RECEBIDO PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS
DURANTE O ANO DE 1956.

Situação das obras no início do ano de 1956

Escolas Rurais em construção	508 — 608 salas
Escolas Rurais a construir	208 — 234 salas
TOTAL	716 — 842
Grupos Escolares em construção	136 — 588 salas
Grupos Escolares a construir	52 — 239 salas
TOTAL	188 — 827

Construções programadas em 1956

Escolas Rurais	141 — 178 salas
Grupos Escolares	123 — 603 salas
TOTAL	264 — 781

Situação das obras em 81/12/956

Escolas Rurais concluídas durante o ano	275 — 335 salas
Escolas Rurais em construção	367 — 475 salas
Escolas Rurais a construir	215 — 275 salas
Grupos Escolares concluídos durante o ano	86 — 411 salas
Grupos Escolares em construção	140 — 664 salas
Grupos Escolares a construir	85 — 305 salas
Total de salas de aula concluídas em 1956	— 746 salas

Escolas Primárias construídas de 1946 a 1956

Escolas Rurais	6 579 — 7 206 salas
Grupos Escolares	644 — 2 777 salas
<i>Total de salas de aula concluídas de</i> <i>1946 a 1956</i>	9 983 salas